

1. CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Direito Cibernético	Ano/semestre: 2022/1
Código da Disciplina:	Período:
Carga Horária Total: 60 h/a	
Pré-Requisito: Não se Aplica	Co-Requisito: Não se Aplica

2. PROFESSOR

Camila Rodrigues de Souza Brito.

3. EMENTA

Introdução ao direito digital; Direito, sociedade e novas tecnologias; Direitos fundamentais na era da informática; Regulação e novas tecnologias; Inteligência artificial e o Poder Judiciário; Direito Digital e Contratos Virtuais; Contratos eletrônicos; A legislação sobre a segurança da informação no mundo; A legislação sobre a segurança da informação no Brasil; Proteção de dados pessoais; A responsabilidade civil dos provedores a partir do Marco Civil da Internet; Fundamentos do direito penal cibernético; Segurança da informação; Processo eletrônico; Governo Digital; Tributação 4.0

4. OBJETIVO GERAL

Proporcionar a apreensão científica dos institutos do Direito Digital, de sua história, sua evolução, seus fundamentos, sua atualidade e perspectivas e o valor de sua divulgação e aplicação profissional, averiguando sua admissão num microsistema jurídico próprio. Aumentar o espírito crítico no estudo e manipulação dos temas e teorias ligadas à matéria. Preferir, sempre que possível, o enfoque prático do estudo, de forma a capacitar os alunos a dar ou buscar solução eficaz e justa aos problemas do dia-a-dia, com os conhecimentos teóricos adquiridos. Habilitar os discentes a lidar com situações novas ou imprevistas, encarando o direito como garantia e como meio, e não como um fim em si mesmo.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Unidades	Objetivos Específicos
1. Ética no mundo digital	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir sobre a ética na sociedade em rede. • Analisar a questão ética nas redes sociais. • Identificar o desafio ético relacionado ao acesso desigual à informação.
2. Desafios éticos, sociais e de segurança da tecnologia de informação	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar o uso da tecnologia da informação com aspectos éticos. • Diferenciar as estratégias básicas utilizadas para gerenciamento de segurança da informação. • Identificar os diversos tipos de crimes relacionados com a tecnologia da informação.
3. Tomada de Decisão baseada em princípios éticos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar um Código de Ética e sua importância nas organizações. • Reconhecer o impacto positivo da conduta ética nas organizações. • Indicar as formas de gerenciamento dos conflitos éticos.
4 Marco civil da internet	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer os aspectos que gerenciam o Marco Civil da Internet no Brasil. • Analisar os princípios de neutralidade, privacidade na Internet e registro de acessos. • Relacionar a liberdade de expressão dos usuários com a responsabilidade dos provedores de serviços web.
5. Proteção de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar a sociedade da informação. • Identificar os mecanismos de sigilo e privacidade de dados pessoais. • Analisar o protagonismo do consentimento.

6. Direitos Autorais	<ul style="list-style-type: none"> Definir o que é o direito autoral. Classificar os direitos autorais. Identificar quem pode ser titular dos direitos autorais.
7. Software: evolução e modalidade de registro	<ul style="list-style-type: none"> Definir o conceito de software e sua evolução. Analisar a modalidade de registro de software. Diferenciar o registro de softwares de outras modalidades de registro de propriedade intelectual.
8. Marcas, patentes e registro de software	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar marcas, patentes e registro de propriedade intelectual. Reconhecer a importância do registro de programas computacionais. Relacionar a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998) e a Lei de Software (Lei nº 9.609/1998) com a garantia de propriedade e de segurança jurídica ao desenvolvedor.
9. Direito Digital e contratos virtuais	<ul style="list-style-type: none"> Analisar os Institutos Jurídicos de Direito Digital. Definir responsabilidade civil e dano moral no contexto do Direito Digital. Reconhecer as características e a autenticidade dos contratos e das assinaturas digitais.
10. Crimes digitais	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer as características de um crime digital. Identificar os tipos mais comuns de crimes digitais. Descrever os princípios de investigação de crimes digitais.
11. Dano: conceito e modalidades	<ul style="list-style-type: none"> Conceituar dano. Definir os requisitos para um dano ser indenizável. Analisar as espécies ou modalidades de dano..
12. Inclusão digital e democratização do acesso a sistemas e à informação	<ul style="list-style-type: none"> Descrever a evolução histórica da democratização do acesso a sistemas informatizados. Avaliar a relevância social, econômica e no Direito Civil da democratização do acesso à Internet. Exemplificar projetos governamentais brasileiros em prol da inclusão digital.

6. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

O profissional de Direito, das áreas de tecnologia e afins precisam compreender que trabalhar na área cibernética/digital exige boa capacidade de argumentação, flexibilidade e adaptação. Além disso, com o crescimento da presença da tecnologia na rotina das pessoas, novas relações surgiram e precisaram ser estabelecidas dentro de um processo gradual de regulação. Assim, exigem mais dinamismo do estudante das áreas mencionadas para se adaptar à nova realidade. Diante desses fatos, as habilidades essenciais para atuação, dentre outras, estão: gostar de tecnologia, boa base de conhecimentos gerais, certificações técnicas, estar em constante aperfeiçoamento, boa capacidade oral e de raciocínio jurídico, conhecimento em tecnologia específico que pretende regular, não se restringir a apenas uma área de atuação

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Semana	Conteúdo	Estratégia de ensino-aprendizagem	Aula Teórica/ Prática
1	Apresentação do Plano de Ensino. Destaque às atividades e processo avaliativo.	Vídeo de Apresentação Informativos	TEÓRICA
2	Ética no mundo digital	UA 1 Vídeo	TEÓRICA
3	Desafios éticos, sociais e de segurança da tecnologia de informação	UA 2 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
4	Tomada de Decisão baseada em princípios	UA 3	TEÓRICA

	éticos	Vídeo	
5	Introdução ao direito digital	UA 4 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
6	Marco civil da internet	UA 5 Vídeo	TEÓRICA
7	Proteção de dados pessoais	UA 6 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
8	Direitos Autorais	UA 7 Vídeo (Retomada de conteúdo para avaliação) Atualidades (Avaliação)	TEÓRICA
9	1ª VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM (VA) Todo conteúdo do Ciclo 1	AVALIAÇÃO	TEÓRICA
10	Software: evolução e modalidade de registro	UA 8 Vídeo	TEÓRICA
11	Marcas, patentes e registro de software	UA 9 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
12	Direito Digital e contratos virtuais	UA 10 Vídeo	TEÓRICA
13	Crimes digitais	UA 11 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
14	Dano: conceito e modalidades	UA 12 Vídeo (Retomada de conteúdo para avaliação) Atualidades (Avaliação)	TEÓRICA
15	2ª VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM (VA) Todo conteúdo do Ciclo 2	AVALIAÇÃO	TEÓRICA
16	Inclusão digital e democratização do acesso a sistemas e à informação	UA 13 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
17	Tributação 4.0	UA 14 Vídeo	TEÓRICA
18	A responsabilidade civil dos provedores a partir do Marco Civil da Internet	UA 15 Vídeo Revisando Conteúdo	TEÓRICA
19	Direitos fundamentais na era da informática	UA 16 Vídeo (Retomada de conteúdo para avaliação) Atualidades (Avaliação)	TEÓRICA
20	3ª VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM (VA) Todo conteúdo do Ciclo 3	AVALIAÇÃO	TEÓRICA

8. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A disciplina, cuja duração é de 10 semanas letivas, é estruturada a partir da seguinte modelagem:

- 12 unidades de aprendizagem, incluindo atividades de fixação, distribuídas pelas semanas letivas;
- 1 vídeo de apresentação com o professor da disciplina na semana 1;
- 2 vídeos, alternados nas semanas 3 e 8, em que o professor apresenta os aspectos centrais das atividades em estudo e oferece orientações de estudo;
- 4 mentorias alternadas nas semanas: 2, 4, 7 e 9, nas quais é gerada maior proximidade com o aluno, respondendo dúvidas quanto ao conteúdo estudado e alargando as perspectivas sobre as habilidades e competências a serem desenvolvidas;
- provas on-line nas semanas 3 e 8, cuja nota é referente a 2ª VA;
- programa Supere-se de retomada de conteúdos e recuperação de notas nas semanas 6 e 7;
- provas nas semanas 5 e 10, prova 2 (1ª VA) e prova 4 (3ª VA).

9. ATIVIDADE INTEGRATIVA

Não se Aplica.

10. PROCESSO AVALIATIVO DA APRENDIZAGEM

1ª Verificação de aprendizagem (V. A.) – valor 0 a 40 pontos

Avaliações processuais totalizam 0 a 60 pontos distribuídos da seguinte forma:

- UAs (Plataforma SAGAH) – 0 a 20 pontos
- Revisando Conteúdo (10 pontos cada) – 0 a 30 pontos
- Questionário sobre Atualidades – 0 a 10 pontos.

A média da 1ª V. A. será a somatória da nota obtida na avaliação teórica (0 a 40 pontos) e as notas obtidas nas avaliações processuais (0 a 60 pontos).

2ª Verificação de aprendizagem (V. A.) – valor 0 a 40 pontos

Avaliações processuais totalizam 0 a 60 pontos distribuídos da seguinte forma:

- UAs (Plataforma SAGAH) – 0 a 20 pontos
- Revisando Conteúdo (15 pontos cada) – 0 a 30 pontos
- Questionário sobre Atualidades – 0 a 10 pontos.

A média da 1ª V. A. será a somatória da nota obtida na avaliação teórica (0 a 40 pontos) e as notas obtidas nas avaliações processuais (0 a 60 pontos).

3ª Verificação de aprendizagem (V. A.) – valor 0 a 40 pontos

Avaliações processuais totalizam 0 a 60 pontos distribuídos da seguinte forma:

- UAs (Plataforma SAGAH) – 0 a 20 pontos
- Revisando Conteúdo (15 pontos cada) – 0 a 30 pontos
- Questionário sobre Atualidades – 0 a 10 pontos.

A média da 1ª V. A. será a somatória da nota obtida na avaliação teórica (0 a 40 pontos) e as notas obtidas nas avaliações processuais (0 a 60 pontos).

ORIENTAÇÕES ACADÊMICAS

- Nas três VAs - O pedido para avaliação substitutiva tem o prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de cada avaliação com apresentação de documentação comprobatória (Art. 94 do Regimento Geral da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA). A solicitação deverá ser protocolizada em formulário on-line específico da Secretaria Acadêmica no Sistema Acadêmico Lyceum obrigatoriamente.
- Nas três VAs - O pedido para revisão de nota tem o prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação, no Sistema Acadêmico Lyceum, do resultado ou devolutiva feita pelo docente de cada avaliação. (§ 1 do art. 96 do Regimento Geral da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA). A solicitação deverá ser feita por meio de

processo físico na Secretaria Acadêmica da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA com a avaliação original em anexo, obrigatoriamente.

- Proibido uso de qualquer material de consulta durante a prova. “Atribui-se nota zero ao acadêmico que deixar de submeter-se às verificações de aprendizagens nas datas designadas, bem como ao que nela utilizar - se de meio fraudulento” (Art. 95 do Regimento Geral da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA).

Condição de aprovação

Considera-se para aprovação do (a) acadêmico (a) na disciplina, frequência mínima igual ou superior a 75% da carga horária e nota igual ou superior a sessenta (60) obtida com a média aritmética simples das três verificações de aprendizagem.

11. BIBLIOGRAFIA

Básica

MASIERO, P. C. Ética em computação. São Paulo: Edusp, 2004. 224 p. ISBN 9788531405754.

PAESANI, L. M. Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 125 p. ISBN 9788522493616.

PINHO, RR; NASCIMENTO, AM Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2004. 426 p. ISBN 852243784x.

Complementar

COSTA, W. M. da. Globalização, ética e responsabilidade social: dilemas, desafios e riscos. Pará de Minas, MG: VirtualBooks, 2011.

NALINI, J. R. Ética geral e profissional. 8. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 700 p. ISBN 9788520338933.

PERELMAN, C. Ética e direito. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 722 p. (Coleção justiça e direito). ISBN 9788533622234.

REALE, M. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 391 p. ISBN 9788502041264.

VENTURA, L. H. Comércio e contratos eletrônicos: aspectos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2010. 160 p. ISBN 9788572836913.

Anápolis, 02 de junho de 2022.

Profª. M.e Camila Rodrigues de Souza Brito
PROFESSORA RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA